



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00190.105540/2024-74

Contratação de suporte técnico e do direito de atualização do software de virtualização VMware VSphere Foundation (VVF) do ambiente de produção da CGU no modelo de subscrição, pelo período de 5 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

1 – INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impactos caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Os riscos identificados no projeto devem ser registrados, avaliados e tratados:

Durante a fase de planejamento, a equipe de Planejamento da Contratação deve proceder às ações de gerenciamento de riscos e produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos;

Durante a fase de Seleção do Fornecedor, o Integrante Administrativo, com apoio dos Integrantes Técnico e Requisitante, deve proceder às ações de gerenciamento dos riscos e atualizar o Mapa de Gerenciamento de Riscos;

Durante a fase de Gestão do Contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato, sob coordenação do Gestor do Contrato, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos, procedendo à reavaliação dos riscos identificados nas fases anteriores com a atualização de suas respectivas ações de tratamento, e proceder também com a identificação, análise, avaliação e tratamento de novos riscos.

O Mapa de Gerenciamento de riscos (MGR) utilizará a [Metodologia de Gestão de Risco da CGU, versão 2.0](#), em conformidade com a Política de Gestão de Riscos (PGR/CGU), instituída por meio da Portaria CGU nº 915, de 12 de abril de 2017.

De acordo com a metodologia, os parâmetros escalares utilizados para representar os níveis de probabilidade (P) e impacto (I) dos riscos mapeados, descritos no quadro a seguir, direcionarão as iniciativas do órgão, conforme o resultado do produto $P \times I$:

Classificação	Valor	ESCALA DE PROBABILIDADE	ESCALA DE IMPACTO
Muito baixo	1	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade	Mínimo impacto nos objetivos do processo
Baixo	2	Rara. De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	Pequeno impacto nos objetivos do processo.
Médio	3	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	Moderado impacto nos objetivos do processo, porém recuperável.
Alto	4	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	Significativo impacto nos objetivos do processo, de difícil reversão.
Muito Alto	5	Praticamente certa. De forma inequívoca, o evento ocorrerá, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.	Catastrófico impacto nos objetivos do processo, de forma irreversível.

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto.

Assim, a multiplicação entre os valores de probabilidade e impacto irá definir o nível de risco processual, ou seja, o provável impacto nos objetivos do processo organizacional.

NR = NP X NI
EM QUE:

NR = NÍVEL DO RISCO
NP = NÍVEL DE PROBABILIDADE DO RISCO
NI = NÍVEL DE IMPACTO DO RISCO

Para cada intervalo de valor do risco inerente, terá a seguinte classificação:

Classificação do risco	Nível do Risco (NP x NI)	Tratamento
Baixo	0 – 4,99	Aceitar
Médio	5 – 11,99	Aceitar
Alto	12 – 19,99	Mitigar, compartilhar ou evitar
Extremo	20 - 25	Mitigar, compartilhar ou evitar

Tabela 2: Escala de classificação do risco e tratamento.

2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

No documento 3651923, apresentamos a lista de riscos, com suas Probabilidades, Impactos e Classificação do Nível de Risco além de uma síntese dos riscos identificados e classificados.

4 – ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS

As Ações Preventivas e de Contingência podem eventualmente serem implementadas, caso haja necessidade de tratamento dos riscos mapeados.

5 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

Conforme § 5º do art. 38 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, nas fases de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedores, e pela Equipe de Fiscalização e Gestor do Contrato, na fase de Gestão do Contrato.

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Ato de Designação SEI 3576267, de 02 de abril de 2025.

<div>_____</div> <div>Integrante Requisitante Substituto</div> <div>Rafael Leandro Ferreira</div> <div>[ASSINATURA ELETRÔNICA]</div>	<div>_____</div> <div>Integrante Técnico</div> <div>Marco Antônio de Souza</div> <div>[ASSINATURA ELETRÔNICA]</div>	<div>_____</div> <div>Integrante Administrativo Substituto</div> <div>Paulo Cesar Ferreira de Souza</div> <div>[ASSINATURA ELETRÔNICA]</div>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO DE SOUZA, Auditor Federal de Finanças e Controle**, em 04/06/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL LEANDRO FERREIRA, Integrante Requisitante, Substituto**, em 04/06/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CESAR FERREIRA DE SOUZA**, **Integrante Administrativo**, em 04/06/2025, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 3651926 e o código CRC 93C128C2

Referência: Processo nº 00190.105540/2024-74
SEI nº 3651926